

A CRISE ATUAL E O FUTURO DA DEMOCRACIA COMO IDEIA SOCIALISTA

Tarso Genro

Para entendermos a crise do sistema financeiro global, iniciada em 2008, bem como as suas conseqüências sobre os sistemas democráticos do mundo, é recomendável uma reflexão mais humilde e mais modesta do que as promovidas pelo ímpeto de anunciar a “crise final” do sistema capitalista. A esquerda, que se reserva pensar o mundo com as categorias usadas antes do fim do socialismo real, deve ir além das análises que apontavam as tradicionais disjuntivas: transição pacífica ou ruptura; reforma ou revolução; social-democracia ou socialismo proletário; teoria da dependência ou revoluções nacionais democráticas, naquele período, com “apoio soviético”.

A contra-revolução (ou contra-reforma) neoliberal, iniciada nos anos 70, além de ter sido vitoriosa obteve um adicional estratégico: aguçou “uma tensão entre democracia e capitalismo, resultante, por um lado, do caráter expansivo da democracia que, ao início, excluía as mulheres e também os trabalhadores do jogo democrático (...) e, por outro lado, a relativa inflexibilidade do capitalismo (...) que permitiu concessões que não ameaçassem sua reprodução ampliada de longo prazo”.^[1] O quadro formado demonstra que a questão democrática passou a cobrar sua vigência num plano superior e o ataque ao tipo de estado, que pode garantir a democracia política, vem da contra-revolução neoliberal.

Sugiro que pensemos a defesa da democracia hoje, não a partir da teoria da luta de classes no terreno econômico-social, mas a partir do conflito de classes que se expressa entre subjetividades emancipatórias democráticas, de um lado e, de outro, tentações autoritárias de direita, cujos agentes já constroem formas de exercitar buscando a viabilizar uma saída para a crise nos moldes neoliberais.

^[1] SANTOS, Boaventura de Sousa. “Refundación del Estado em América Latina – perspectivas desde una epistemología del Sul”. Quito (Ecuador): 2010, Ed. Abya-Yala, pp. 81/82.

A hora é mais do “18 brumário” e menos da “Ideologia Alemã”. As tentações de direita já estão configuradas na oposição extrema (presente no cenário político europeu), entre a democracia política e uma nova espécie de fascismo, que emerge na sociedade civil e se aproxima do controle do Estado. Ele concilia rentismo, controle midiático, consumismo irracional e autoritarismo dos Executivos.

Pensemos na necessidade de uma reflexão humilde: as crises têm oportunizado menos avanços no contrato social europeu e suscitado mais recuos, neste contrato, embora a realização de eleições regulares, mesmo nos países de democracias consolidadas. O predicado da humildade parte do reconhecimento de “estarmos numa União Europeia em que a ‘crise é sistêmica’, logo a contaminação é geral e a resposta tem de ser de todos, mesmo que se expresse de formas diferenciadas conforme as culturas e as realidades sociais (...)”^[2]. A advertência torna-se duplamente importante se considerarmos que a pauta das saídas para a crise, através de processos democráticos legítimos, são ordenadas pelos próprios promotores da crise.

Pensemos na necessidade de uma reflexão mais modesta, reconhecendo os limites das interpretações economicistas do capitalismo e interpondo, na reflexão, novos elementos para análise. Faça-mo-lo a partir de desafios que ampliem os horizontes para além das disjuntivas já referidas, para lidar com categorias até agora não testadas. O objetivo: dar “sentido” a uma nova revolução democrática, que transite das premissas de 1789, para a efetividade dos direitos políticos e sociais buscada em maio de 1968, na primavera de Praga e na primavera Árabe. Esta pode se tornar, rapidamente, para lembrar John Steinbeck, um outono da nossa desesperança.

Trata-se, portanto, de enfrentar, no terreno da política, o capitalismo “financeirizado” atual e considerar as possibilidades do “constitucionalismo transformador” (Boaventura), do novo “capital cultural” do sul e a capacidade de libertarmo-nos da “violência simbólica”

^[2] CARVALHO, Manuel. “A crise: conhecer para romper com as inevitabilidades”. Cópia fornecida pelo autor.

do sistema atual (Bordieu). É o propósito de dar força às lutas, já em curso, contra a “colonização” da política pela mídia neoliberal e, principalmente, para acionarmos, a partir dos partidos de esquerda e das políticas de estado, as capacidades já demonstradas pelo povo – particularmente o latino-americano- de encetar novas práticas, por dentro e por fora dos governos de esquerda, antineoliberais.

Com este objetivo, as lutas em torno da questão democrática não podem lidar, exclusivamente, com as possibilidades inscritas nas constituições formais. Nem com as determinações puras da economia. E não podem limitar-se, quando a esquerda assume governos, apenas às generalidades das políticas de “inclusão social”. A construção de uma subjetividade democrática comum firma-se somente na combinação das lutas sociais com ações de governo que, nas suas respostas, dissolvam as barreiras que separam o estado do cidadão comum.

O resgate dos valores políticos e morais do socialismo, tais como igualdade, solidariedade, libertação das opressões e dos preconceitos e hoje, também, a luta pela superação da dominação midiática e da violência implícita (presente na cultura da sociedade de mercado), é o que pode dar “sentido” a um novo projeto democrático, de sociedades “conscientemente orientadas”, dentro da democracia e da república.

Não é irrelevante, para analisar as democracias atuais e pensar o seu futuro, registrar que a expansão do domínio do capital financeiro globalizado vem acompanhado pela implantação de regimes com democracia política, com um certo grau de constitucionalização de direitos. Logo, está em disputa o sentido que o regime democrático formal imprime à vida comum, pois já está em jogo o “conteúdo possível” do projeto político moderno, não mais apenas a sua forma.

As atuais inflexões autoritárias dos regimes democráticos são, ao mesmo tempo, mediações para a compatibilização da democracia com a tutela do capital financeiro e ainda mediações para reduzir as resistências populares à eliminação da proteção social. Mas são, principalmente, os regimes atuais, decadências destrutivas dos Estados de Direito Democráticos e das conquistas da social-democracia. Isso implica numa

velha ironia: a destruição dos aparatos institucionais de controle e asseguração de direitos, no próprio mercado, (inclusive contra os interesses imediatos da maioria dos capitalistas “internos”) é promovida pela própria burguesia mundial, unificada na tutela do capital financeiro.

O positivismo-naturalista, que esteve presente na versão do marxismo da “Academia de Ciências da URSS”, sempre apresentou o capitalismo como uma espécie de sequência “natural-fatal” da História, cuja sucessão, também “natural-fatal”, seria o socialismo. Por isso, quanto ao predicado da “modéstia”, lembro que, historicamente, tanto os socialistas-marxistas quanto os sociais-democratas de esquerda, nunca deram relevância à formulação de uma autêntica Teoria do Estado e do Direito, que não fosse apenas uma réplica economicista das teses do Iluminismo.

Assim, o capitalismo deixou de ser abordado como autêntica “civilização”^[3] com uma enorme “riqueza de sentidos”, inclusive portador de capacidade de “expropriar” a subjetividade operária e transformá-la. Nesta expropriação, a classe operária deixa, historicamente, de ser a presumida classe-sujeito da revolução, para afirmar-se, na vida real, classe contratada pela ordem, mas cuja preservação dos direitos conquistados depende da manutenção da democracia política. Este contrato, ao mesmo tempo que a mantém como classe relativamente pacificada e integrante da ordem, nas chamadas sociedades de “classes médias”, também a faz sujeito “chave” da nova revolução democrática, já que sem ela é impossível construir uma saída para a desordem neoliberal, que precisa avançar sobre os direitos dos trabalhadores para viabilizar-se.

A defesa da democracia ameaçada pela desordem neoliberal é o único terreno que pode ancorar uma ofensiva para a constituição de uma outra ordem democrática efetiva. Ordem que controle a aparente espontaneidade do capital e o domine, fora das instâncias financeiras autônomas, ou seja, domine-o na expressão política da sociedade civil,

^[3] COMPARATO, Fábio Konder. “Capitalismo: civilização e poder”. Cópia fornecida pelo autor.

para que ela exerça o seu controle sobre os bancos centrais e sobre a repartição do dinheiro emitido.

O “capital simbólico” a ser constituído pela esquerda, neste novo período histórico da revolução democrática, gerará a “transfiguração de uma relação de força em relação de sentido”^[4]. Poderá promover, pela economia reformada e por uma nova hegemonia ideológica, uma ação política consciente dos sujeitos do trabalho e da emancipação. Alimentase, a partir daqui, um novo modo de vida menos consumista e alienado, não orientado de modo exclusivo pelo mercado, mas escolhido por homens conscientemente orientados.^[5]

Nestas condições, os novos padrões tecnológicos que exigiram uma total reorganização dos processos de trabalho, não permanecerão subjungando os interesses dos produtores e o capital não mais será apropriador absoluto dos avanços tecnológicos. Os valores da produtividade não mais estarão à disposição para enriquecer principalmente as classes médias e, especialmente, as classes médias superiores e empresariais. O impacto da distribuição de renda, forçada por políticas públicas concertadas entre estado e sociedade, sob nova hegemonia, reordenará um novo Contrato Social. Esta estratégia democrática decorre do fato que as premissas econômicas e tecnológicas recentes, mudaram a realidade que a esquerda deve lidar. As “revoluções produtivas” vêm alterando o modo de vida, mudando a cotidianidade de grupos e frações de classes, dos setores assalariados e não assalariados.

Aos excluídos, em geral, exércitos de reserva da produção industrial, somam-se -nos dias de hoje- os excluídos do conhecimento, subordinados à cultura de massas; os excluídos dos novos padrões tecnológicos e das novas técnicas de acesso ao conhecimento; os excluídos, em geral, de uma

^[4] Entrevista de Pierre Bourdieu a Leneide Duarte-Plon, publicada na revista CULT, nº 166, p. 35.

^[5] Hoje em dia, a revolução é imediatamente criação, ou seja, afirmação da significação da transformação. Organizar a luta (a ruptura do tempo como conquista do porvir) é o mesmo que organizar a produção, ao passo que a produção é cada vez mais uma criação e, vice-versa, um devir: troca de trocas de pontos de vista, invenção da cultura dentro da relação. (COCCO, Giuseppe. “MundoBraz O Devir-Mundo do Brasil e o Devir-Brasil do Mundo”. Rio de Janeiro: Record, 2009, p. 93)

vida segura no mercado. Todo este quadro torna urgente uma agenda unitária global para as esquerdas, mas quando se fala em agenda "unitária", em termos globais, não se quer dizer "fechada" ou "totalizante".

É ilusão presumir de que os movimentos "esquerdistas", naquele sentido já clássico, possam - por exemplo - valorizar eleições e governos. Eles não tem a meta de promover conquistas políticas dentro da ordem, nem mesmo apoiar taticamente a integração entre lutas sociais e ações de governo. Para estas formações partidárias -frequentemente distantes do mundo do trabalho real e originárias das classes médias não totalmente absorvidas pelo sistema- são irrelevantes as políticas concretas de redução das desigualdades. Não importam reformas educacionais de democratização do acesso, políticas de crescimento econômico planejadas dentro do capitalismo. Estes avanços só podem ser considerados importantes pelas formações políticas que consideram estratégico colocar no centro da sua ação a defesa da atual democracia, combinada com a defesa de uma nova revolução democrática. O programa desta revolução é, ao mesmo tempo modesto e difícil: **o controle público do estado e a combinação da democracia direta com a representação política estável, originária do voto universal.**

Uma estratégia da esquerda, que combine a defesa da democracia política com a efetividade dos direitos fundamentais (conquistados pelas lutas operárias do século XX), deve considerar, em suma, esta nova realidade do desenvolvimento capitalista: a reestruturação produtiva do capital concentrou renda e, ao mesmo tempo, enriqueceu setores médios; mudou o perfil do mundo do trabalho e também reorganizou as formas de compra da força de trabalho; fragmentou os interesses dos assalariados, tanto nas regiões mais desenvolvidas do sistema capitalista global, como nos chamados países emergentes.

Esta situação vem determinando uma defensividade absoluta dos movimentos sindicais que, em regra, reduzem suas demandas à defesa imediata do emprego subordinado e dependente e por melhores salários. Os atuais movimentos sindicais não cogitam que os seus movimentos se tornam inócuos e às vezes até oportunistas, aos olhos dos demais setores

da sociedade, porque não transcendem para tratar, com propostas realistas e viáveis, da questão do estado concreto. Estado, hoje, endividado e tutelado pelo capital financeiro global.^[6] Não é estranho, assim, que os movimentos, cada vez mais economicistas dos setores mais tradicionais dos assalariados, coesionem direita e esquerda no interior das suas mobilizações corporativas e não alcancem nenhuma unidade no plano político.

Considere-se ainda, no que refere a estas lutas econômicas, que a vanguarda do trabalho industrial, também já está submetida a um “funil” de passagem “para cima”, cada vez mais estreito. Este “funil” já aponta diferenciações salariais internas cada vez mais gritantes. No mundo do trabalho, em geral, estas diferenças são baseadas em novos tipos de sub-emprego, precariedades, terceirizações e intermitências. A situação de uma outra parte do mundo do trabalho, não-assalariado, não-subordinado e não-dependente dos contratos tradicionais, nos países que formam o núcleo e a periferia do “sistema-mundo”, mostra que estes “autônomos” tem pouca capacidade de interferir no sistema de poder e nunca são levados em conta pelas burocracias sindicais. Seu espaço de luta é, por exemplo, o âmbito das redes sociais e dos movimentos alternativos, fora de qualquer esquema sindical tradicional e mesmo das preocupações dos grupos mais voluntaristas do movimento.

Neste quadro, as “mensagens”, as “palavras-de-ordem” tradicionais e análises clássicas da esquerda, alicerçadas no que foi conformado pelo marxismo dominante (como ideologia do proletariado clássico), pouco se reportam aos verdadeiros dramas do mundo do trabalho e dos assalariados tradicionais. Eles estão, tanto espremidos pelo desemprego, como chamados a operar nas novas formas “livres” de prestação de

^[6] A nova fase histórica, que corresponde à crise estrutural do capital, põe na ordem do dia uma mudança radical neste sentido. Isto é, a reestruturação da organização da classe operária, até agora posta enquanto órgão *defensivo*. Este processo é muito difícil, porque a primeira reação, diante de um momento de crise, não é andar naquela direção; ao contrário, é permanecer na defensiva, interferindo de modo defensivo no processo político. Estou convencido de que as possibilidades defensivas estão ultrapassadas. A classe operária no pós-guerra pôde conquistar resultados notáveis, no quadro defensivo, porque coincidiu com um período de expansão capitalista. Este período chegou ao término, e as possibilidades de obter resultados positivos, significativos para a classe operária não existem mais. O objetivo do ataque do capital, em todos os países, é constringer a classe operária, exemplo disto é a crise do “Welfare state” e assim por diante. (Entrevista de István Mészáros, publicada na revista ENSAIO, São Paulo. Ensaio:1984, nº 13, p. 27)

serviços: o trabalho está subordinado à desvalorização dos processos de trabalho mecânico na fábrica tradicional ou, ainda, subsumido no império coercitivo do trabalho imaterial nas redes.

A predominância da ética da descartabilidade liquidou com a velha ética do trabalho fabril, que chamava as consciências para o público e para a não privatização das emoções. O contrato do “trabalho livre”, pelo resultado -alternativo à submissão direta no interior da fábrica moderna-, se é verdade que liberta os assalariados da tutela patronal direta, como ocorre com os trabalhadores da vanguarda tecnológica (os ligados aos "bits", à info-digitalidade, por exemplo), cria, ao lado desta tutela, legiões de excluídos e baixos assalariados. Intensifica também as formas mais duras de expropriação do trabalho imaterial e impulsiona a adesão a novos "modos de vida", nos quais esta massa de trabalhadores é igualmente condicionada, na sua vida comum, à exploração da sua força de trabalho “imaterial”.

É a destruição cotidiana das diferenças entre tempo de trabalho e tempo livre ou de lazer, que torna mais frágil a subordinação direta dos trabalhadores e mais reduzida à importância da vida coletiva na empresa, tornando ainda mais volátil a responsabilidade empresarial sobre os contratos. Em consequência, cresce a subordinação geral, de classe, já que os movimentos coletivos dos trabalhadores ficam mais fragilizados, politicamente, e não raro mais suscetíveis ao corporativismo e aos apelos da direita populista e disciplinadora.

Nestas condições, há uma transcendência da dominação tradicional da subordinação fabril, para uma dominação completa da vida por inteiro. Tal contexto, porém, tem as suas compensações ilusórias. Elas abarcam a natureza do consumo, com o barateamento dos produtos e a pirataria das griffes. Isso vem combinado com uma suposta democratização do espaço público para a fruição do escasso tempo livre, com seus megashows de apelo consumista. A democratização do vestuário substitui a qualidade por uma originalidade manipulada, que democratiza a aparência aproximando, esteticamente, o padrão de vestuário das famílias mais pobres dos padrões das classes ricas. Assim, as identidades de classe,

tradicionais, sucumbem no mercado, que é, ao mesmo tempo, histórico e sublime.

É notório que, cada vez mais, o próprio lazer é "produzido" como lazer mercantil, ditado e ocupado por inteiro pela acumulação. Os mega-shows dos mega-artistas, com mega-públicos e mega-custos, constituem os mega-espacos "rebeldes", onde rebelião, mercadoria e consumo, dominação e liberdades formais, erguem os novos templos das culturas globais. Estas, já iconizadas num espaço onde tudo é aparente identidade coletiva, mas, para cada um dos indivíduos ali presentes, tudo é uma expressão da sua concreta singularidade.

Lukács dizia, para justificar a passividade dos operários alemães, perante as propostas revolucionárias, que eles ainda "tinham anõezinhos nos jardins", ou seja, amuletos para atrair "sorte" e espantar o mal. Os anõezinhos no jardim, hoje, corresponderiam às luzes feéricas dos concertos de Elton John e às lembranças das belas canções de Fred Mercury, embora estes artistas não tenham criado com esta finalidade. O que era misticismo medieval passou a ser mercadoria pós-moderna: a rebelião foi pasteurizada no templo dos costumes. É lazer, cultura, artes visuais, política com novas tecnologias, subjetividades pulsantes, mais drogas e álcool (não livre opção existencial, mas decurso da lógica do mercado): modo de vida capturado para o anonimato coletivo em busca de um sentido.

Os novos e antigos movimentos sociais, que estão hoje no centro da questão democrática, os "sem" teto, terra, proteção social, os hóspedes das praças, os rebeldes das redes sociais, os que não cabem no sistema, os indignados, os eco-revoltados, querem os seus direitos e a sua parte no sistema e perguntam porque "ele não me abarca". O fato é que alguns deles entram pela porta dos fundos: primeiro, na sublimação do consumo; depois, na organização da carência, através das políticas compensatórias.

Uma boa parte destes grupos urbanos, originários das classes médias, nem imagina que as suas demandas por inclusão não podem mais ser acolhidas no sistema, pois a transição para o "cume" só pode ser molecular. Podem compreender, no futuro, que foi possível uma transição

de parte deles -de alguns grupos que estão no "fora", para o "dentro" do sistema- abrindo fendas na sua ossatura férrea. Aqui, se optarem politicamente, podem gerar novos mecanismos de gestão e organização do próprio sistema, alargando um pouco, pelo menos, a influência da ação política dos “de baixo”, mas sem alterar o essencial da nova ordem.

As lutas econômicas de hoje são apenas micro-capítulos da disputa pela hegemonia. Mas elas podem ser somadas para instituir políticas de desenvolvimento e políticas públicas de coesão social, que apontem para um novo Contrato Social. Esta “soma”, porém, poderá ser “síntese” superior com uma estratégia democrática meticulosamente planejada. As bases deste planejamento, porém, não podem ser somente as instituições republicanas clássicas, nem as manifestações economicistas tradicionais. Devem ser induzidas pelas combinações da democracia direta, com formas presenciais e virtuais, com a tradição eleitoral republicana: o sistema, tal qual está, é, por natureza, limitadamente democrático e maleficamente centralizador. A sua unicidade supranacional é determinada pela força coercitiva do capital financeiro globalizado. Ele deve ser o alvo.

A participação direta na gestão pública é, por natureza, democrática e aberta. A sua unidade, no plano global, só pode ser sustentada pela mais ampla democracia política, que conflita - dentro dos quadros da constituição política – com o autoritarismo e a centralização burocrática inerente ao sistema. Só a democracia política, exercida de forma integral, direta e representativa, sobre a gestão do Estado e na definição das suas políticas públicas, é capaz de expor a desumanidade das contradições que separam, cada vez mais, regime democrático e capitalismo. É o desequilíbrio entre o regime de acumulação (forçado pela especulação) e a tomada de decisões públicas no âmbito da democracia tradicional (na democracia da pura representação), que permite desigualdades cada vez mais graves, entre as classes sociais, internamente, e entre os estados nacionais na geoeconomia global.

As desigualdades também ocorrem nas escalas salariais internas das empresas e nas estruturas salariais do funcionalismo estatal. Os salários elevados são diferenciais de renda que também são apropriados - a partir

das suas "sobras" mensais- para fortalecer os laços do capital financeiro com esta nova massa de "rentistas" pulverizados no mundo. Os seus privilégios fazem fluir partes dos seus ganhos para a ciranda do lucro financeiro, sistema com o qual passaram a se identificar.

As formas e os meios pelos quais as crises serão solucionadas - sejam soluções engendradas pela soberania estatal ou pelas agências de risco- é que determinarão a correlação de forças no próximo período. Só a recuperação da força normativa e da legitimidade política dos princípios do Estado Democrático de Direito, transformados em políticas públicas, é que podem gerar um centro aglutinador de poder para enfrentar -na esfera da política e da economia- uma nova receita neoliberal, ainda mais autoritária e elitista.

A crise já emendou a vitória do tatcherismo sobre a esquerda europeia com o fim da URSS; a crise do "sub-prime" com o "euro"; a ocupação do Iraque com o fracasso do Presidente Obama; a emergência do Brasil no cenário mundial com a "flexibilização" da social-democracia europeia. O que pode, neste contexto, unificar distintos matizes da "nova" e da "velha" esquerda -contra as políticas de decomposição das funções públicas do Estado- é o exercício, pelo Estado, de políticas antagônicas às ditadas pelas agências privadas, que hoje orientam as políticas de Estado e são responsáveis pela crise. Não é a derrubada do Estado, mas a sua defesa, para a instalação de uma nova ordem, é que está na ordem do dia, pois quem promove, hoje, a destruição acelerada do Estado Social de Direito é o neoliberalismo.^[7]

As demandas dos movimentos sociais que lutam pela água, pela defesa das suas culturas, das suas terras, do ambiente natural protegido da lógica mercantil; as lutas pela inclusão educacional, pelo direito ao trabalho produtivo ou "improdutivo" (este voltado para recuperação da

^[7] Una tercera característica diferenciadora del neoliberalismo ha sido su éxito. El liberalismo del siglo XIX estaba asediado por todas partes por las relaciones de propiedad précapitalistas, por los aranceles imperiales y por un movimiento socialista en auge. En contraste, desde el fin de la Guerra Fría, la hegemonía del neoliberalismo ha sido casi universal y prácticamente todos los partidos gobernantes mostraron su adhesión; el término globalización tuvo que acuñarse para denominar el mismo conjunto de políticas a escala internacional. (WATKINS, Susan. Arenas Movedizas. In: WATKINS, Susan (Org.) *New Left Review*. Madrid: Akal, 2010, p. 8)

natureza depredada e para o cuidado com os velhos e as crianças); as lutas para melhorar as prestações sociais do Estado; as lutas dos trabalhadores por seus direitos econômicos; as lutas democráticas pela transparência e pela ética pública, não terão resultados práticos nem estimularão a defesa dos valores democráticos se não tiverem resultados no cotidiano das pessoas subjugadas pela ideologia do mercado.

Para que isso possa ocorrer, porém, é preciso subtrair o Estado da tutela do capital financeiro, que esgota a sua capacidade de financiar políticas públicas de dignificação da vida comum. Isso certamente não ocorrerá fora da política, seja ela processada na sociedade civil, para interferir sobre a gestão do Estado, seja ela intra-estatal, a saber, a que se processa entre as instituições e agências políticas, administrativas e financeiras do próprio Estado. A integração, portanto, das "lutas sociais" com as "lutas políticas" tradicionais, promovidas pelas esquerdas modernas e pós-modernas, deve ser baseada numa agenda comum, que remeta para a recuperação das funções públicas do Estado.

Estas lutas podem e devem ser travadas, igualmente, a partir dos governos, mas não surtirão efeitos sem que haja um confronto político e cultural, que tenha diversas origens no cenário global. Seja através de eventos como o Fórum Social Mundial, seja por manifestações pontuais (ainda que impotentes até agora), como as dos indignados espanhóis e dos rebeldes de Wall Street; ou através de avanços como as reformas do neo-constitucionalismo boliviano, com a tarefa de compatibilizar modos de vida secularmente arraigados e "arcaicos" - tanto do ponto de vista do capitalismo, como do socialismo (por razões diferentes) - com a república, a modernização produtiva e a agregação de valor.

Num outro lugar destas lutas, mas olhando na mesma direção, estão as eleições periódicas nas democracias capitalistas mais avançadas, como as que ocorreram na França. São elas que têm tido potência para - no âmago do Estado- tanto dar sustentação, como desenvolver contrapontos ao neoliberalismo. Os governos nacionais, regionais e locais, que se opõem à "tutela grega" podem, juntamente com os movimentos sociais, os partidos de esquerda e o centro democrático anti-neoliberal, se

constituírem em "agendeiros" do próximo período de lutas, como o Brasil já fez na América do Sul.

A "confiança" dos investidores no Brasil -refiro-me aos investidores da especulação financeira- é a confiança do "senhor" sobre o "escravo": o "senhor" sabe que o "escravo" não tem outra saída, por enquanto, que não a de continuar submetido. Embora nosso país tenha começado um novo modelo econômico para reduzir os efeitos da dominação dos bancos e das agências privadas sobre a nossa economia, sabemos que o desfecho deste processo não é, nunca, exclusivamente nacional. Seu desfecho, ou é vitorioso também no espaço político global, ou será derrotado.

Se os partidos de esquerda do Brasil não reduzirem as suas taxas de pragmatismo e não atentarem para esta nova etapa estratégica -que deverá ser enfrentada pelo nosso Estado Democrático e suas instituições políticas- tudo o que já obtivemos poderá ser perdido. O fortalecimento democrático, financeiro, político e defensivo-militar do Estado brasileiro (combinado com políticas de combate às desigualdades sociais e regionais) é a grande contribuição que o nosso país pode dar ao mundo, para uma saída da crise mundial por fora da tragédia grega.